



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640290 - SP (2021/0014437-5)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : VANESSA CRISTINA DA SILVA
ADVOGADO : VANESSA CRISTINA DA SILVA - SP322067
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MATEUS CORREA KULLOCK Y TOLABA (PRESO)
CORRÉU : DAVID EDUARDO TEIXEIRA MARQUES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MATEUS CORREA KULLOCK Y TOLABA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* n. 2282820-63.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela prática em tese dos crimes previstos no art. 157, § 2º, II e V, c/c o art. 70 (por duas vezes), e no art. 158, § 1º, todos do Código Penal.

A impetrante sustenta a ilegalidade da segregação cautelar por ausência de realização da audiência de custódia, bem como pela inidoneidade dos motivos apresentados para justificá-la.

Alega que não estão presentes os requisitos da prisão preventiva e que há a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas.

Requer, liminarmente, o relaxamento ou a revogação da prisão preventiva. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que se confirme a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

O Tribunal de origem manteve a prisão preventiva, esclarecendo que a não realização da audiência de custódia deveu-se às restrições impostas pela pandemia da covid-19.

Assentou, ainda, que a segregação cautelar justifica-se pela gravidade concreta dos delitos empreendidos pelo paciente, mostrando-se necessária para a garantia da ordem pública, não sendo suficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência